

A África e os africanos nas fabulações cartográficas

Letícia Destro

Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

No presente artigo propusemo-nos a traçar parte do processo referente à invenção da África e dos africanos apresentado pelas representações cartográficas. Quais foram as formas e as características que viriam a dar origem a este específico fenômeno, bem como os caminhos e desvios que o trariam para a esfera do ser e pensar ocidental, foram algumas questões que buscamos desbravar.

PALAVRAS-CHAVE: História da África, cartografia, imaginário

ABSTRACT

In this article, we set out to trace invention process of Africa and Africans as presented by cartographical representations. What were the forms and characteristics that would originate this specific phenomenon, as well as the paths and detours that would take it to the occidental sphere of being and thought are some of the questions we raise.

KEYWORDS: African History, cartography, imaginary

Há algum tempo circulava pela internet um curioso mapa. Diferentemente de outros, esse não tem preocupações de localizações geográficas. Sua função é representar uma suposta “visão norte-americana” do mundo. Nele, o ponto central são os EUA representados pela sua bandeira. Os demais países e continentes aparecem identificados por legendas que supostamente os caracterizariam como, por exemplo, a vasta porção de terra roxa com os dizeres “café, sexo, drogas” representando a América do Sul. O enorme espaço vazio em preto e branco que, apenas ao sul, possui diamantes é o continente africano. O vinho, perfume e espagete da região azul-escura pertencem aos países europeus, entretanto a Inglaterra é o 52º estado dos EUA. Na área laranja lê-se “petróleo e guerra” referindo-se aos países do Oriente Médio. Já o marrom, os bêbados derrotados, é uma alusão aos russos. A Oceania, em azul, é apenas uma Ilha Grande que talvez fosse o Havaí.

Esse exemplo contemporâneo utiliza para a sátira uma das características mais interessantes dos mapas antigos: a imaginação como forma de conceber a realidade. Os suntuosos e ornamentados mapas-múndi medievais também apresentavam, a partir da iconografia, sua visão de mundo. Utilizam, muitas vezes, da criatividade principalmente para representar o incompreendido. Mas longe de ser algo irreal, o *mundo imaginabilis* tinha sua plena realidade e era, aliás, a condição para o conhecimento. É sobre essas representações imaginárias ou não do mundo que estamos tratando neste trabalho que nos ajudam a compreender, em específico, o processo de “invenção” da África.

A noção de invenção tomamos de empréstimo do historiador mexicano Edmundo O’Gorman que demonstrou em seu livro *A invenção da América* “[...] que nem todas as coisas e nem os acontecimentos são algo em si mesmo, mas que o seu ser depende do sentido que se lhes atribui no marco referencial da imagem que se tenha a respeito da realidade [...]”¹. A partir disso, O’Gorman buscou desconstruir a noção de “descobrimto”, pois dela parte a ideia de que a América é uma coisa em si cujo ser é passível de ser descoberto. Depreende-se dessa interpretação que a América é uma “invenção” do pensamento ocidental e, portanto, a reflexão histórica dever-se-á buscar saber por que, quando e como se atribuiu o ser ou o sentido de continente americano ao conjunto das regiões, que Colombo começou a conhecer em 1492.

As elucidações de O’Gorman serviram, dessa forma, de inspiração para o presente trabalho. Tendo por base questões e soluções formuladas pelo historiador pretendemos, no mesmo sentido, compreender semelhante processo para o caso da África e dos africanos. Para tanto, contamos com rico *corpus* documental composto por mapas.

I – O UNIVERSO E O MUNDO NO IMAGINÁRIO CRISTÃO

No imaginário cristão do século XV o universo, o globo terrestre, a Ilha da Terra e principalmente o mundo (Ecúmeno) tinham conotações muito específicas que merecem ser aqui especificadas.

O universo era concebido como uma criação de Deus, portanto era finito e perfeito – tudo nele já estava feito de forma inalterável e de acordo com um modelo arquetípico e único². A imagem arcaica do universo que o Cristianismo deu contornos teológicos era a de uma imensa esfera com duas zonas concêntricas que se diferenciavam

principalmente pela natureza. A primeira e mais afastada da Terra (centro) era a zona celeste que continha as órbitas do empíreo (reservado aos santos, anjos e seres abençoados), do primeiro motor (causa inicial de todo o movimento), do cristalino, do firmamento e dos sete planetas juntamente com o Sol e a Lua. Em seguida começava a segunda, a sublunar, que continha os quatro elementos: o fogo, a água, o ar e a terra. Nessa zona conhecida também como elementar ou da decomposição eram gerados os seres vivos destinados a perecer³.

O globo terrestre, por sua vez, não era sequer um corpo celeste, “era uma massa de matéria mais pesada do universo: uma grande bola que, fixa no centro, suportava o peso das massas de matéria em escala crescente de leveza [...]”⁴. Ele era, então, o alicerce de todo o cosmo e alojava a zona do inferno que também estava estruturado em órbitas correspondentes aos sete pecados. Na última esfera vivia Lúcifer.

A distribuição do globo em terra e mar, por sua vez, suscitava indagações a respeito do tamanho de cada uma dessas partes. Indagações essas que conheceram soluções hipotéticas se vistas à luz dos conhecimentos atuais, mas não arbitrarias, pois respondiam a exigências de natureza científica e religiosa, como ressalta O’Gorman⁵. A primeira refere-se à tese aristotélica que tem como princípio a predominância do elemento água, o Oceano, na totalidade do globo terrestre. E a outra, à noção bíblica, na qual predominava a Terra: “Deus ordena que as águas que estão debaixo do céu ajuntem-se num só lugar, e apareça o (elemento) árido. [...] E Deus chamou ao (elemento) árido terra e ao conjunto das águas chamou mares”⁶.

Essa preocupação estava diretamente relacionada à navegação, principalmente na época em que se buscava o melhor caminho para as Índias. Se fosse admitida a

¹ O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 71.

² Cf. O’GORMAN, Edmundo. Op cit. p. 72.

³ O’GORMAN, Edmundo. Op cit. p. 75.

⁴ O’GORMAN, Edmundo. Op cit. p. 74.

⁵ O’GORMAN, Edmundo. Op cit. p. 76.

⁶ Gênesis, I, IX e X. (41ª edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1985).

hipótese que atribuía à Ilha da Terra uma enorme extensão, seria mais viável uma travessia pelo Oceano Atlântico, já que não se sabia ao certo se o fim meridional da África era mesmo o Equador conforme indicação de Claudio Ptolomeu (90-168 d.C.). De acordo com o geógrafo, a África se estendia de tal modo para o sudoeste que se encontrava com a Península Asiática e o Oceano Índico, em consequência, era um mar fechado tal como o Mediterrâneo. A África para Ptolomeu aparece não circunavegável como se pode ver nesta reprodução editada em Ulm, 1482⁷ (Figura 1).



Ao contrário, se fosse considerada uma extensão diminuta, o caminho costeiro seria o mais aconselhável. Essa foi a decisão dos portugueses sob a inspiração do Príncipe Henrique (1394-1460) quando lançaram-se em busca da Índia, acreditando que os confins da África não se estenderia além do Equador⁸.

Outra questão ligada ao tamanho da Ilha da Terra dizia respeito à possibilidade de haver terras antípodas (*orbis alterius* – conforme supunham os cientistas da Antiguidade Clássica⁹) em outros hemisférios. Ao aceitar a afirmação de sua existência claramente se distinguiria a Ilha da Terra do Ecúmeno (mundo) – apenas a parte ha-

bitável por seres humanos – pois a primeira compreenderia todas as terras do globo: as antípodas e o ecúmeno.

Outro problema relacionado à existência dessas polêmicas terras dizia respeito à possibilidade de serem habitadas e por qual espécie. A resposta confrontava diretamente os preceitos cristãos de unidade fundamental do gênero humano, já que todos procederam de um único e original casal, não haveria lacunas no dogma cristão para espécies de homens diferentes e nem mesmo no Evangelho, segundo o qual os ensinamentos de Cristo e de seus apóstolos haviam chegado aos confins de toda a Ilha. No entanto, a contestação da teoria de que os homens descendem de um único casal é tão antiga quanto ela própria. Conforme resalta Leon Poliakov, antigos exegetas judeus concluíram que o Universo provavelmente tivera uma criação anterior e que algo desta criação talvez subsistisse a “anjos, demônios, ou homens, quicá melhores, quicá piores que a posteridade de Adão”¹⁰. Tal concepção confluía com as hierarquias elaboradas por Aristóteles, para quem os bárbaros tinham nascido para serem escravos.

Dessa forma, salienta-se que a ideia de que nem todos descendem de um pai comum circulava muito antes das descobertas de Novos Mundos, embora tenham recebido mais adeptos nos séculos que se seguiram, ganhando contornos mais definitivos no século XVIII.

II – A MALDIÇÃO DE NOÉ E A DIVISÃO DO MUNDO

O mundo que acabamos de esboçar era representado como sendo tripartido em Europa, Ásia e África. Esta famosa divisão tem antecedentes na cultura clássica, como atesta a reconstrução de Heródoto (484 – 443 a.C.) que insere a Líbia à composição

⁷ A parte ao Sul do Equador, como o próprio cartógrafo escreve, não era conhecida por Ptolomeu, portanto foi uma anexação dos conhecimentos da época da edição.

⁸ O’GORMAN, Edmundo. Op cit. p. 83.

⁹ Na Cultura Clássica, caso o *orbis alterius* pudesse ser habitado seria por outras criaturas que não se enquadravam no gênero humano (Cf. O’GORMAN. Op cit. p. 88).

¹⁰ POLIAKOV, Léon. *O mito ariano*: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 105.

formada por Europa e Ásia¹¹. Essa divisão, entretanto, não trata apenas de uma distribuição territorial. As três entidades eram dotadas de um sentido que transcende a geografia e integravam “[...] uma estrutura de natureza qualitativa do cenário cósmico que se desenvolve a vida humana, não num plano de igualdade, mas numa hierarquia que não remete, primariamente, às circunstâncias naturais, mas às diferenças de natureza espiritual”¹². Nessa hierarquia espiritual, a Europa ocupava o mais alto patamar.

Para esses geógrafos antigos, a África era dividida em três partes: Líbia, Egito e *Aethiopia*. A Líbia correspondia à região oeste da fronteira do Egito. Este ligava-se às áreas do Império faraônico e a *Aethiopia* (Etiópia) situava-se ao Sul do Egito. Entretanto, a designação Etiópia era bastante equívoca e assim se manteve durante muitos anos. Não havia um consenso a respeito das suas fronteiras, com as incursões portuguesas o termo foi alargado, por exemplo, para abarcar as novas áreas conhecidas chegando a designar a região do Rio Senegal até o Cabo da Boa Esperança, conforme descreve Duarte Pacheco a respeito da Etiópia Inferior ou Baixa Ocidental¹³. Além disso, “na geografia helénico-romana e, em seu seguimento na geografia medieval, dividia-se o mundo em três partes, sendo a Ásia e a África separadas pelo Rio Nilo. A África que se estendia a poente do Egito e da Líbia e Etiópia seria várias vezes incluída na Índia”¹⁴, segundo a historiadora portuguesa Marília Lopes.

O Cristianismo, posteriormente, atribuiu à antiga divisão referida um fundamento pró-

prio, no qual a Terra fora repartida entre os três filhos de Noé. De acordo com essa tradição, Cam (pai de Canaã), o filho mais novo de Noé, “tendo visto a nudez de seu pai [embriagado], saiu fora a dizê-lo a seus dois irmãos”¹⁵. Ao despertar da embriaguez e saber o que ocorrera, Noé amaldiçoou a geração de seu filho: “Maldito seja Canaã, ele será escravo dos escravos de seus irmãos”¹⁶; e abençoou a posteridade doutros dois, Sem e Jafet, por terem o respeitado e o vestido. Após o dilúvio, cada filho foi povoar uma parte no mundo, e “[...] Sem, seu primogênito, habitou a parte oriental, e Cão, a parte do meo dia [África], e Jafet habitou a parte setentrional [...]”¹⁷, conforme ressalta o cosmógrafo Duarte Pacheco. A Europa conservou, portanto, sua posição elevada que já ocupava na cultura clássica, era o reduto da verdadeira civilização fundada na fé cristã. À África, habitada pelos descendentes de Cam, coube o último lugar na hierarquia como se pode testemunhar pelas próprias palavras do cronista mor do Reino de Portugal Gomes Eanes da Zurara (1410-1474):

E aqui haveis de notar que estes negros, posto que sejam Mouros como os outros, são porém servos daqueles por antigo costume, o qual creio que seja por causa da maldição que depois do dilúvio lançou Noé sobre seu filho Cam, pela qual maldisse, que a sua geração fosse sujeita a todas outras gerações do mundo, da qual estes descendem [...]”¹⁸.

Vale ressaltar, contudo, que essa passagem que dá a escravidão como punição é

¹¹ A noção de terras “continentes” só aparecerá no século XV quando se considerou que as terras, mesmo cortadas pelos mares, eram um todo contínuo: “*Continents*: contíguo, imediatamente junto ou vizinho de outra coisa” (O’Gorman, Edmundo. Op cit. Nota 3. p. 190).

¹² O’Gorman, Edmundo. Op cit. p. 193.

¹³ Duarte Pacheco Pereira pertencia a uma família portuguesa nobre. Seu avô foi tesoureiro da Casa de Ceuta e seu homem do mar e cabo de guerra. Cosmógrafo, geógrafo, explorador, Duarte Pacheco escreveu *Esmeraldo de situ orbis* descrição das terras que conheceu em África. Apenas cópias do manuscrito original foram conservadas e a partir das cópias do século XVIII que se preparou a primeira edição impressa já no século XIX. Aqui utilizamos a terceira edição de 1954. PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. 3ª edição. Lisboa, 1954. p. 96.

¹⁴ LOPES, Marília dos Santos. *Da descoberta ao saber. Os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*, Viseu: passagem, 2002. p. 125.

¹⁵ Gênesis. 9. 22-23.

¹⁶ Gênesis. 9. 25-26.

¹⁷ PEREIRA, Duarte Pacheco. Op cit. p. 22.

¹⁸ Gomes Eanes da Zurara era filho de um cônego de Coimbra e Évora. Sabe-se que frequentou a corte de Dom Afonso V. Foi considerado Cavaleiro da Ordem de Cristo e recebeu várias comendas do Infante Dom Henrique. ►

repleta de inconsistências. De acordo com Gerhard Von Rad a narrativa de Noé é uma fonte Javista (J) enquanto que a mesa das nações é “sacerdotal”, acrescentada posteriormente¹⁹. Em J a narrativa não era “[...] sobre esse ecumênico esquema das nações, mas sobre um esquema Palestino muito mais antigo e limitado: Sem, Jafé e Canãa”²⁰. A mesa das nações, uma fonte posterior, acrescentou a distribuição do mundo aos herdeiros de Noé Cam, Sem e Jafé. Conforme ressalta David Brion Davis, a mesa das nações forneceu, entretanto, a base para uma elaborada exegese destinada a provar que os negros, descendentes de Cam, estavam condenados a serem escravos e servir os demais povos²¹.

O mundo representado segundo tais premissas teológicas consolidaram-se nos mapas denominados T.O. (*Orbis Terrarum*), cujo exemplo mais antigo se encontra no *Ethimologiarum Originum* de Santo Isidoro de Sevilha do século VII (Figura 2). Suas características básicas ilustram bem a reve-



lação bíblica: o mundo tripartido em forma de T, símbolo de Cristo crucificado, com Jerusalém ao centro rodeado pelo Oceano. O Paraíso Terrestre, acima do quadrante que ocupa a Ásia. As outras duas partes são representadas por Europa e África. Cada uma dessas áreas estava associada aos três herdeiros de Noé.

O mapa de Hereford (Figura 3), atualmente na catedral de Hereford na Inglaterra,



elaborado entre 1290 e 1300 é um exemplar dessa perspectiva adornado com imagens. Não se sabe ao certo a autoria do mesmo, apenas que foi assinada por Ricardo de Haldingham e Lafford. O mapa possui numerosas figuras que representam cidades, montanhas, animais, seres mitológicos e eventos bíblicos. Na parte superior, fora do orbe está representado o julgamento final,

► Zurara sucedeu Fernão Lopes no cargo de guarda-mor da Torre do Tomo e foi também guarda-conservador da Livraria Real. Escreveu diversas crônicas a pedido de figuras importantes da época, como Dom Pedro de Meneses e Dom Duarte de Menese além da *Crônica da tomada do Ceuta* (1449) e *Crônica de Guiné* (1448). ZURARA, Gomes Eanes da. *Crônica de Guiné*. Porto: Livraria Civilização, 1937. p. 85.

¹⁹ O Pentateuco (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio) foi escrito, de acordo com os estudiosos da Bíblia, a partir de diversas fontes de tempos diferentes. O primeiro e mais antigo documento é conhecido como Javista (J). Alguns anos depois, encontram o Eloísta (E) e incorporaram-no ao J. A diferença primordial entre ambos, em linhas gerais, são as denominações do Deus: Javé e Elohim. Séculos depois foi encontrado o Deuteronômico (D) e anexado. Por fim, o documento final, o sacerdotal (P), acrescentou e alterou muitos desses escritos, projetando muitos ideais de seus escritores.

²⁰ “[...] not about this ecumenical scheme of nations, but about a much older and more limited *Palestinian* one: Shem, Japheth and Canaan” (RAD, Gerhard von. *Genesis, a Commentary*. Filadélfia, 1961. p. 133).

²¹ DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. p. 82 e 83.

com Cristo entronizado. O mundo, por sua vez, é reconstituído caoticamente, cabendo, portanto, ao homem, a partir de suas ações e valores religiosos, merecer entrar no Reino celeste ordenador e eterno.

Dentre as regiões que o mapa representa, a África e a Ásia são as menos precisas de informações. Nelas os elementos mitológicos e reais estão bem misturados, há várias cidades reais que contrastam com minotauros e dragões. Na África, além disso, há um corredor ao sul, provavelmente uma terra antípoda, onde se reúne uma coleção de exemplares de monstros, tais como os Blêmios (que não possuem cabeça e os órgãos dos sentidos estão localizados no peito), os Ciápodes (monstros com apenas um pé) e os Amyctyraes (monstros com lábios inferiores protuberantes que podem servir para proteger do Sol)²². Na mentalidade medieval, os monstros estavam relegados a regiões longínquas e desconhecidas, muitas vezes designavam seres fabulosos cuja existência não era comprovada.

Dessa forma, a existência dos monstros confrontava questões relativas à definição da própria humanidade. Se tais seres não eram humanos e nem animais, que espécie seriam? De modo geral, as raças monstruosas pareciam ficar entre a condição de animal e de humano, porém criação de Deus conforme defendia Santo Agostinho. Na classificação de Lineu, já no século XVIII, os monstros (anões e gigantes) eram a categoria final do *homo sapiens*²³.

Sendo assim, transladar para o desconhecido elementos fantásticos e também bíblicos parecia, portanto, facilitar a assimilação e o controle sobre o espaço estrangeiro. Os posteriores exemplares de carta-portulano²⁴, entretanto, tinham, além disso, interesses geográficos que dessem conta, em especial, das rotas de comércio. A atenção se voltava em específico para as rotas

que adquiriam mercadorias suficientes para abastecer o comércio mediterrâneo e principalmente os países do Ocidente cristão que buscavam uma substituição das moedas visando a estancar a hemorrhagia de metais preciosos em benefício do Oriente. O ouro do Sudão foi uma alternativa que, durante um período, manteve o equilíbrio comercial. Esta riqueza sudanesa era filtrada através das rotas africanas traçando o Saara em direção ao Magrebe, região que a partir do século XIII se tornou a mina de ouro sem a qual a atividade mediterrânea teria se paralisado. Todas as mercadorias que a Europa podia fornecer afluíam pelas cidades norte-africanas, cidades essas que ligaram a história do Magrebe aos longínquos destinos das cidades e dos Reinos do grande anel do Níger para além do Saara²⁵.

Essas cartas, entretanto, ainda ornamentavam as regiões exóticas como Ásia e África com elementos fantásticos e religiosos. Um exemplar famoso dessa categoria é o Atlas Catalão elaborado em 1375 pelo judeu Abrão Cresques (1325-1387), cartógrafo real maiorquino (Figura 4). O Atlas, conservado na Biblioteca Nacional de Paris, foi feito sob encomenda para o Rei Carlos V da França pelo Rei Pedro IV de Aragão.



Cresques utilizou-se, como de costume, de passagens bíblicas para preencher o mapa, além de informações geográficas, históricas e mitológicas. Na África, em es-

²² O mapa de Psalter e de Ebstorf, ambos de meados do século XIII e também exemplares *T.O.*, similarmente trazem, na mesma região (entre o Nilo e o Oceano), exemplos de monstros como os desenhados no mapa de Hereford.

²³ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 68.

²⁴ A carta-portulano é um tipo de "cartografia" baseada em experiência efetiva, e eficaz técnica representativa, ela constitui um revolucionário avanço sobre o período anterior. É diretamente motivada por necessidades de tipo hidrográfico e articula-se diretamente com os roteiros ("portulanos") de que é a expressão gráfica (MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A cartografia dos descobrimentos*. Lisboa: Edição Ello, 1994. p. 21).

²⁵ BRAUDEL, Fernand. Moedas e civilizações. Do ouro do Sudão à Prata da América. In: *Revista de História*, n. 13-14. São Paulo, 1953. p. 69 e 70.

pecífico, há destaque para a figura alegórica do imperador de Mali, trajando vestes muçulmanas, segurando uma pedra de ouro seguida pelo desenho da cidade de Tombuctu. A presença do Mansa Musa é sintomática em vários outros mapas da época e muito provavelmente a popularidade se deve a uma viagem que o próprio fizera à Meca. Aproveitando da estadia na capital egípcia, conforme ressalta Alberto da Costa e Silva, tratou de colocar seu nome e de sua cidade em evidência, espalhando sua fama por todo mundo árabe e até mesmo europeu. A imagem passada era a de um rei riquíssimo, senhor do ouro, construída a partir do esbanjo do metal ao longo da rota Mali e Meca²⁶. Ao lado do rei há um camelo e um negro nu representando os habitantes nativos daquelas paragens. A seguir aparece o Rei de Organa, com turbante e vestido azul, cuja legenda diz: “aqui reina o rei de Organa, sarraceno que tem contínua guerra com os sarracenos marítimos, e com outros árabes (alarahps), ou occidentaes”²⁷. Na sequência é o rei da Núbia e por último, conforme a legenda, rei da Babilônia²⁸.

É provável que esse mapa seja um dos primeiros a considerar a existência de populações negras com algum tipo de poder organizador, representado pela figura do soberano, o rei – embora o termo demonstre claramente uma projeção de categorias conhecidas pelo cartógrafo sobre o “outro”. Assim também o fazem os viajantes, mas com a ressalva: “deveis saber que este rei [Jalofo] não é nada semelhante aos nossos reis da Cristandade: porque o rei é senhor de gente selvagem e muito pobre [...]”²⁹, adverte Cadamosto.

De acordo com o historiador Jean Mas-sing, a iniciativa de representar as regiões por seus governantes era uma forma de repassar a ideia de que continente era permeado por monarquias centralizadas³⁰ e, por que não, pela ideia de povos governados pelo capricho de seus senhores – repercutida inclusive pela classificação do francês Carl Linné (Lineu) em 1735³¹.

Representar o interior da África com rei, entretanto, era uma característica dos exemplares portulanos. O que variava era apenas a quantidade, embora os apresentados por Cresques eram comuns a todos. O Catalão-Estense (Figura 5), conservado na biblioteca Estense de Modena, de meados do século XV, acrescenta a figura do lendário Imperador etíope Preste João no delta do Nilo³² e ao Sul a figura um rei negro com cabeça de animal. Tendo em vista que todos os demais reis africanos possuem fei-



²⁶ SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 306.

²⁷ LUIZ, Cardeal D. Francisco S. *Portugueses em África, Ásia, América, e Oceania*. Volume I. Lisboa, 1848. p. 174.

²⁸ Não se trata da Babilônia da Torre de Babel, mas de uma antiga cidade do Egito. A identidade de nomes que leva a confusão foi advertida por Susani Silveira Lemos França na sua tradução de *Viagens de Mandeville* (MANDEVILLE, Jean de. *Viagens de Jean de Mandeville*. São Paulo, EDUSC, 2007. p. 61).

²⁹ CADAMOSTO, Luís de. Op cit. p. 117.

³⁰ Cf. MASSING, Jean M. The image of Africa and the iconography of lip-plated Africans in Pierre Descelier's world map of 1550. In: LOWE, Kate & Early, T. F. *Black Africans in Renaissance Europe*. Cambridge: Cambridge University, 2005.

³¹ PRATT, Mary Louise. Op cit. p. 68.

³² A lenda desse Reino maravilhoso surgiu em tempos de cruzada, Preste João era o rei que triunfava na batalha contra o Islã num momento em que todos fracassavam. Entretanto, a localização primeira do Reino era Ásia, mais precisamente na sua fronteira com a Pérsia, se deslocando para a Etiópia no século XIV. O interesse em buscar tal Reino levou os portugueses a explorarem a costa africana na esperança de encontrar Preste João como escreve Gomes Eanes Zurara, por exemplo, que Dom Henrique encomendara a Antão Gonçalves que soubesse novas da Terra dos Negros e “[...] mais ainda das Índias, e de terra de preste João, se ser podesse” (ZURARA, Gomes Eanes da. Op cit. p. 86).

ções humanas, o último ao Sul nos sugere que sua animalização está ligada a sua localidade retornando a discussão acima iniciada a respeito da geografia dos monstros. O Sul da África seria, assim, lugar de monstros tal como nos sugeriam os mapas *T.O.* de séculos passados.

Uma característica distinta desse mapa é que ao Sul, a África liga-se a uma porção de terra desabitada, muito provavelmente retomando as antigas assertivas a respeito das terras antípodas. Além disso, o mapa mostra maiores detalhes a respeito da região do Golfo da Guiné, como a presença das Ilhas de Cabo Verde. O mapa foi desenhado, portanto, paralelamente aos primeiros contatos com os povos costeiros ao Sul do Saara, por volta de 1450.

III – OS “NOVOS MUNDOS” DAS GRANDES NAVEGAÇÕES

No século XVI, as novidades advindas das grandes navegações trouxeram transformações profundas na concepção de mundo conforme discutimos anteriormente. A “descoberta” da América aumentou ainda mais os problemas instaurados pelo contato com novos povos, deixemos a palavra à Duarte Pacheco:

Muitos Antigos disseram que, se alguma terra estivesse oriente e ocidente com outra terra, que ambas teriam o grau do Sol igualmente e tudo seria de uma calidade. E quanto à igualdade do Sol é verdade; mas como quer que a majestade da grande natureza usa de grande variedade, em sua ordem, no criar e gerar das cousas, achamos, por experiência, que os homens deste promontório de Lopo Gonçalves e toda a outra terra de Guiné são assaz negros, e as outras gentes que jazem além do mar oceano ou ocidente (que tem grau do Sol por igual, como os Negros da dita Guiné) são pardos quasi brancos; e estas são as

gentes que habitam na terra do Brasil, de que já no segundo capítulo do primeiro livro fizemos menção. E que algum queira dizer que se muitas árvores nesta terra há, que tantas e mais, tão espessas, há nesta parte oriental daquém do oceano de Guiné. E se disserem que estes daquém são negros porque andam nus e os outros são brancos porque andam vestidos, tanto privilégio deu a natureza a uns como a outros, porque todos andam segundo nasceram; assi que podemos dizer que o sol não faz mais impressão a uns que a outros. E agora é pera saber se todos são da geração de Adão³³.

Todas as justificativas para a cor negra dos habitantes da África foram assim desmentidas pelo contato com os índios do Brasil. Dessa forma, ficou claro que a solução para a diferença não podia ser geográfica como se tentou convencionar, persistindo a questão relativa à unidade fundamental do gênero humano. Séculos mais tarde, sobre o mesmo raciocínio um discípulo de Lineu diria: “na África encontram-se negros e macacos antropóides; na América do Sul, sob o mesmo clima, ambos inexistem; não decorre daí que os homens negros são fruto de um cruzamento entre macacos e homens brancos?”³⁴.

Para completar, os índios rapidamente foram considerados homens, *veri homines*, pela Santa Sé. Houve, conforme ressalta Brion Davis, uma tendência entre os exploradores e missionários de ver no Novo Mundo o antigo ideal da natureza não corrompida. O nativo americano parecia desfrutar de uma inocência e felicidade de uma era anterior à queda do homem. Se a escravidão era compatível com a sociedade pecadora, como se poderia escravizar legitimamente esses filhos do paraíso? Não se pode negar que a escravização de índios aconteceu, mas, diferentemente da dos negros, muitos tentaram protegê-los das forças exploradoras da colonização. Um amplo corpo de legislação foi criado para isolar e proteger os nativos americanos.

³³ PEREIRA, Duarte Pacheco. Op cit. p. 161.

³⁴ POLIAKOV, Léon. Op cit. p. 157.

No entanto, a redução gradual da escravidão dos índios contribuiu para aumentar a demanda de negros, que não eram protegidos por uma grande rede de sanções imperiais. Alguns dos principais advogados dos índios, como o bispo Luanda, eram os maiores defensores da escravidão negra³⁵. De acordo com Brion Davis, essa discriminação levou quase naturalmente a uma visão de que os negros tinham nascidos para serem escravos e eram inferiores aos índios tanto quanto aos brancos. Esboça-se, assim, um contraste entre índios “brancos” e etíopes “negros”, sublinhado, como sugere Poliakov já no primeiro livro que trata do “Novo Mundo” (*De Orbe Novo* de Pedro d’Anghera, 1516)³⁶. Contudo, por que os índios foram idealizados ao passo que os negros representavam o escravo natural de Aristóteles?

Brion Davis justifica a diferença pelo fato das sociedades africanas serem, segundo ele, muito mais populosas e organizadas do que as indígenas. Havendo, assim, pouca razão para associar o africano a uma natureza primitiva e não corrompida. Além disso, o negro já havia sofrido, em algumas regiões, influência da cultura muçulmana. Dessa forma, “[...] ele [o negro] estava muito adiantado em matéria de cultura para ser considerado um inocente selvagem sem terra e liberdade [...]”³⁷. Se os negros foram considerados, de certa forma, mais organizados socialmente e isso levou a sua escravidão não saberíamos dizer. Afinal, eram julgados, muitas vezes, como gentios e bestas. Mas numa escala hierárquica, certamente não ocupavam um patamar mais alto do que os índios.

A escravidão do negro parecia assim justificada, ele nascera para o trabalho. Além disso, eram bárbaros e cometiam crimes enormes e detestáveis, a escravidão era simplesmente a sua salvação. Parece ser com esse sentimento que Zurara reza sobre a

piedade que há daquelas gentes, afinal eles mereciam ser escravos:

Eu te rogo que minhas lagrimas nem sejam dano da minha consciencia, que nem por sua lei daquestes, mas sua humanidade constrange a minha que chore piedosamente o seu padecimento. E se as brutas animálias, com seu bestial sentir, por um natural instinto conhecem os danos de suas semelhantes, que queres que faça esta minha humanal natureza, vendo assim antes meus olhos aquesta miseravel companhia, lembrando-me de que são da geração dos filhos de Adão!³⁸

Esse interesse por escravos africanos ficou ressaltado, inclusive na cartografia. O planisfério de Cantino³⁹ (Figura 6), que data do ano de 1502, já resalta, como se fosse esse seu interesse principal a respeito da África, os lugares donde se resgatam escravos e outras iguarias. Na legenda referente a “Serra Leoa” inscreve-se: “em esta serra leoa a muito ouro este eh o mais fino que ay em nenhua parte e traenlom pera portu gall e muitos escravos deles sam de jelof



³⁵ DAVIS, David Brion. Op cit. p. 199.

³⁶ POLIAKOV, Léon. Op cit. p. 110.

³⁷ DAVIS, David Brion. Op cit. p. 209.

³⁸ ZURARA, Gomes Eanes da. Op cit. p. 121 e 122.

³⁹ O planisfério de Cantino foi feito no início do ano de 1502 por um cartógrafo português a mando de Alberto Cantino (séc. XV-séc. XVI) como encomenda para o duque de Lisboa. A encomenda foi realizada com a exigência de que se desse conta das novidades, como resalta A. Teixeira Mota, das “novas terras” à Ocidente. MOTA, Avelino Teixeira da. *A África no planisfério português anônimo “Cantino” (1502)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1977. p. 2).

e delos de mandinga e de cape, e esteiras mui boas e panos de algodã”. O “Castello da mina” está rodeado por negros e ao lado de casas nativas e é acompanhado da seguinte legenda: “donde traçem ao muyto escelente principe dom manuell Rey de portugall cada anno doze carauelas com ouro trae cada caravera hua com outra XXV mjll pesos douro val cada peso qujnhetos rreaes e mais traem muytos escavos e pimenta e outras cousas de muyto proueito”. A respeito do “rei de Meni” (Benim) uma legenda diz que é mouro e que sua gente trata com os navios portugueses que tiram dali escravos, ouro, papagaios e pimenta. Mais para o interior, referem-se as terras do Rei de Organa e Rei da Núbia, que como já ressaltamos são figuras típicas dos mapas tipo portulanos. O interior do continente, entretanto, continua desconhecido e apenas nomeado como “Terra do Preste Juam”.

O mapa de Cantino também apresenta a existência de um novo Reino, o Manicongo registrado pela legenda: “Aqj eh o Rey de magnicongo o quall Rey mando Rogar ao Rey don Juã que De[us] tem que mandasse la freires porque elle se queria tornar cristam e el Rey os mandou certos frades da hordem dos pedricadores e el Rey e la Reyna se tor[nar]jam cristaos e os muitos dos de seu Reyno daqj e este Rey trata cõ os da ilha de santo thome e sam escravos por cousas de pouco preço”.

De acordo com Alberto da Costa e Silva, manicongo é o título usado por Antino-Uene para expressar-se como senhor do Congo. Para alguns autores os domínios do Reino era bem pequeno, podendo até mesmo se restringir a uma aldeia, mas por direitos da linhagem seria senhor de vários outros chefes. O manicongo era, portanto, um ponto inicial de uma rede de finalidades rituais – e teria sido isso que passou a ideia de um Reino centralizado⁴⁰.

Cantino, além de já delimitar melhor as fronteiras africanas até o Cabo da Boa Esperança devido à circunavegação de Bartolomeu Dias, também já inscreve as novidades

advindas com as expedições de Pedro Álvares Cabral. Nas “terras novas” está desenhada uma paisagem composta por papagaios, símbolo de ouro, árvores e rios.

A *Terra Brasilis* ganha maior ornamentação em mapas posteriores, como o mapa-múndi do cartógrafo Dieppe Pierre Desceliers (1500-1558)⁴¹, da escola francesa, elaborado em 1550, onde o autor representa os hábitos e costumes dos indígenas (Figura 7). Pode-se vislumbrar, também, cenas de combates entre índios e europeus, de pesca e caça. A fauna sobressai-se com cobras, lagartos ou jacaré e animais aquáticos. A América já está avançadamente inventada.



A África, por sua vez, apresenta-se com suas fronteiras corretamente delimitadas. Mas quem vive nessa África já inventada geograficamente? Os mesmo habitantes que outrora se encontravam nas regiões desconhecidas ou os contatos contribuíram no avanço da percepção do outro?

Para começar, há dois textos no continente com os seguintes títulos: *Affrique* e *Ethiopie*. No que se refere a *Affrique*, Desceliers escreve que a região mais próxima da Europa é relativamente fértil e próspera, no entanto a maior parte do continente é deserta por causa do clima e dos animais perigosos. O autor ainda destaca os diferentes animais como leões, elefantes, camelos, leopardos, lincos, dromedários e diversos outros. A *Ethiopie*, por sua vez, é dividida em duas partes. Segundo o texto, a maior parte dos habitantes possui faces de monstros. Os que vivem ao Leste são cristãos e a

⁴⁰ Cf. SILVA, Alberto da Costa e. Op cit. p. 496-498.

⁴¹ Existem três mapas cuja autoria é dada a Pierre Desceliers, um de 1546 que se encontra na Biblioteca John Rylands, Manchester; o de 1550 que está em Londres na British Library e é objeto de nossa análise e o de 1553 que foi destruído no incêndio de Dresden, Alemanha, em 1915.

Oeste são chamados de mouros. Em Meroe se acha canela, pedras preciosas e minas de ouro. Verifica-se, portanto, uma distinção entre África e Etiópia.

Outra diferenciação se faz através da inversão das imagens. A região Norte, com os reis da Mauritânia e da Núbia, se encontra invertida em relação aos demais desenhos ao Sul do Saara. Uma clara tentativa de diferenciá-los das terras dos negros. O Imperador cristão Preste João e seus súditos, embora se localize na região etíope, também aparecem invertidos.

Na terra dos negros, por sua vez, estão representados os Reis de Organa, do Congo e outro sem legenda. Uma prática comum, conforme já analisamos. Acima do Manicongo, o artista desenhou dois negros sentados, um está segurando um machado e uma pepita de ouro. Ambos possuem os lábios inferiores alargados, detalhe observado também por Cadamosto conforme já analisamos. Ao lado, próximo a uma das margens do Rio Nilo, há dois monstros, dentre eles um Blêmio, que faziam parte do imaginário medieval, como demonstram os mapas T.O. Ao Sul do continente se verifica ainda mais exemplares de monstros, nesse caso são animais alados, com cabeça de uma espécie e corpo de outra. Logo, apesar do continente delimitado e dos avanços dos contatos, ainda persistiam lugares comuns a respeito da África e de seus habitantes.

IV – A INVENÇÃO DA ÁFRICA GEOGRÁFICA

No racionalista século XVII, o clima mental havia evoluído de tal forma que a teoria pré-adamita passou a ser aceita em vários países europeus. É nesse século que começam as discussões a respeito da categoria “raça” e sua hierarquização⁴².

Se as conquistas geram desde o fim do século XVII a ideia do

Progresso (que talvez não seja mais do que a inversão da ideia Cristã de Queda), o contraste contém em seu germe a futura e persuasiva argumentação dos racistas, já que é invencível a tentação de atribuir aos homens brancos, portadores deste Progresso, e em que a Razão triunfante elegeu domicílio, uma superioridade biocientífica congênita⁴³.

Em 1684, François Bernier publica um livro em que propõe a existência de quatro raças humanas. Mas, de fato, é com a famosa classificação de Lineu que nasce a sistemática catalogação das espécies viventes. No entanto, vale ressaltar que, mesmo na época de Lineu, a palavra raça não tem um significado exato. Há quem use como sinônimo de espécie, ou mesmo de nacionalidade, contudo a ideia de que existem subespécies ou variedades geográficas já está presente e que, a partir de um determinado momento, serão chamadas de raças⁴⁴. Em meados do século XVII observamos alguns mapas a respeito da África que hierarquizam os negros africanos nas franjas laterais. Parece ser essa uma marca da família holandesa Blaeu inaugurada por Willem Blaeu (1571-?) e utilizada também por Frederik de Wit (1629-1706). O interior do mapa é repleto de informações geográficas, ao passo que os desenhos iconográficos se deslocaram para as laterais. Em ambos os casos as franjas superiores figuram os principais centros urbanos na visão de seus autores. Quase todas as cidades se localizam na África do Norte, com exceção de Moçambique e Forte de El Mina presentes apenas no mapa de Blaeu, que eram, de todo modo, importantes entrepostos comerciais de escravos (Figuras 8 e 9).

Nas bordas laterais, entretanto, estão representados alguns povos africanos da costa ocidental *versus* a oriental. Na medida em

⁴² Foi, contudo, no século XVIII que as discussões acaloradas se acirraram em torno do que genericamente se denomina de *poligenismo*, que exibia como seu principal argumento a antiga teoria pré-adamita. Nesse sentido, as diferenças entre os povos podia se justificar ao pertencimento a raças completamente distintas, a maior parte delas sub-humanas, e em alguns casos, marcadas pela bestialidade.

⁴³ POLIAKOV, Léon. Op cit. p. 120.

⁴⁴ BARBUJANI, Guido. *A invenção das raças*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 65.



que seguimos para o Sul, os povos adotam a nudez, uma alegoria à típica selvageria dos negros, reforçando a ideia de que o Sul é território da selvageria. No alto da hierarquia estão os povos da região Norte como os marroquinos e os egípcios.

Neste momento a África está inventada geograficamente. Reis nativos já não são mais a tónica do momento, nem mesmo os monstros que agora só habitam os mares. Começa-se, então, a distinguir os diferentes povos africanos numa relação hierárquica medida pela noção de “cultura” europeia. As ambiguidades que permeavam o continente cederam lugar a povos cuja “cultura”, na medição europeia, é atrasada e pobre. Esse pensamento, com respaldos nos estereótipos até aqui analisados, manterá a África e os africanos ahistóricos por longos séculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tentamos demonstrar, concepções acerca da África insurgiam nos textos e mapas desde a antiguidade clássica. As

regiões da Líbia, Etiópia, e do Egito eram os clássicos representantes da África e continuaram por muitos séculos. Mas, mesmo na divisão de mundo antigo, havia uma hierarquia na qual a Europa ocupava o mais alto patamar.

Com a disseminação do Catolicismo, as explicações sobre universo, mundo e globo terrestre ganharam novos contornos. Antigas teorias delinearam novos paradoxos. As *terras alterius* substancializavam um problema para a cosmologia cristã pautada na Sagrada Escritura. Existiriam terras para além daquelas anunciadas pela Bíblia? E pior, seriam habitadas? Nesse contexto, a África era palco de representações equívocas. Muitos acreditavam que ela abrigava outras espécies como monstros e também terras antípodas ao Sul; embora tal imagem contradissesse o principal preceito católico da unidade fundamental do gênero humano.

A divisão do mundo estava, nesse período, pautada no Livro Sagrado e na clássica passagem do Antigo Testamento na qual a distribuição das partes se fez por Noé entre seus filhos. A África e seus habitantes receberam a maldição rogada pelo pai à Cam e ocupou, dessa forma, o mais baixo posto numa hierarquia das partes do mundo. Seus habitantes estavam, assim, condenados eternamente a servir os demais herdeiros: de Sem e Jafet. As grandes navegações, por sua vez, se incumbiram de desordenar esse mundo traçado pela Igreja Católica. O contato com povos de maneiras e costumes tão distintos acirraram ainda mais os debates a respeito da teoria adamita: Aquela gente de costumes tão selvagens e bestiais era também descendente de Adão?

Nessa conjuntura, o Norte africano era o eixo comercial nas trocas mediterrâneas, mas as novas extensões ao Sul – principalmente a partir da linha equatorial – essas guardavam os estereótipos. Os reis nativos, os monstros de terras ignotas, o lendário Imperador cristão Preste João, os negros pagãos passíveis de conversão e a natureza exuberante e exótica confrontavam-se com os mouros brancos da região árida e seca do Norte, infundáveis inimigos dos cristãos. Existia mais de uma África. Ou mesmo uma África e uma Etiópia.

Mais tarde, outra realidade surge, um Novo Mundo se afigurou no horizonte do Oceano Atlântico e com ela se multiplicaram problemas insolúveis, que nos tempos modernos acarretaram o descrédito das genealogias da Bíblia. A existência dos índios precisava também ser justificada, além de suas terras que a explicação católica nem ao menos fez menção. Contraditoriamente, os nativos americanos foram assimilados, eles pareciam desfrutar da inocência e felicidade de uma era anterior à queda do homem. Dessa forma, sua escravização foi calorosamente condenada por muitos: Como legitimar a escravidão desses filhos do paraíso? E assim, os negros permaneciam no limiar da hierarquia. Apenas os bárbaros e pecadores podiam ser escravos? Então mão de obra africana para exportação. O paradoxo central dessa situação, no entanto, parece óbvio. Como justificar a escravidão dos negros sem ferir a unidade fundamental do gênero humano? Tal ambiguidade, contudo, não foi suficiente para coibir o tráfico de escravos.

Embora não tenha sido esse nosso principal objetivo de análise, pudemos perceber, além disso, que a invenção da América foi um processo muito mais rápido do que o da África, que demorou séculos até se constituir. O interior africano visto como hostil, selvagem e cheio de doenças foi um entrave

para a exploração europeia ao contrário do paraíso idílico americano.

Novas diferenças, novas discussões. Assim entra o século XVII, com outra mentalidade. Muitos já não justificavam a criação do mundo a partir de um único pai, cada vez mais teorias pré-adamitas avançavam na mentalidade ocidental dando forma às discussões sobre a existência de diversas espécies. E assim foi se aprofundando cada vez mais o fosso entre os brancos governados por leis e os negros governados pelo capricho ou, entre os europeus e africanos. As realidades não europeias foram, dessa forma, o espelho dos europeus. Revelando-se nos retratos dos outros, os povos da Europa reafirmaram sua experiência histórica e continuaram a se considerar a proeminente civilização e agora uma cultura evoluída. Os africanos por sua vez carregaram todos os estereótipos que a sua invenção os concedeu.

E assim é que “da maldição de Cam [...], até a classificação de Lineu e às descrições de muitos filósofos das luzes, os homens negros serviram de alvo às impiedosas censuras dos homens brancos, a negrura e com ela a vasta gama de suas associações malélicas, [opuseram] a brancura, como crime à inocência, ou o vício à virtude, ou ainda a bestialidade à humanidade”⁴⁵.

⁴⁵ POLIAKOV, Léon. Op cit. p. 110.